



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

4º SIMULADO
OFICIAL DE JUSTIÇA
(PÓS-EDITAL)

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contém 100 questões objetivas.

Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.

Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do Candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411138696M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

4º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TJ/SP

CARGO:

Oficial de Justiça

MODELO/BANCA:

Vunesp

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJSP – 4º SIMULADO – OFICIAL DE JUSTIÇA (PÓS-EDITAL)

BLOCO I: LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

ANDRÉA CERQUEIRA

O funcionário público

1 Sempre impliquei com a denominação de barnabé – dada talvez com uma intenção complacente ao funcionário público. Acho também imper-

5 Quem trabalha com palavras sabe que barnabé tende a esvaziar a dignidade do funcionário cível, significando apenas o pobre coitado; do mesmo modo, o professorinha tende a reduzir o problema de uma classe em um suspiro de pena. Ora, não

10 interessa a ninguém e nada resolve sentir compaixão pelo funcionário oi pela professora pública: se essas duas classes padecem hoje no Brasil de aflições específicas, o jeito é encará-las de frente e com dignidade.

15 Mas que aflições são essas? Em tese, acontece o seguinte: o funcionário público, antes de mais nada, qualquer que seja a sua categoria funcional, qualquer que seja o seu ordenado é a pessoa que vive acima de suas posses. Ou abaixo de

20 suas necessidades. Ele não é a criatura que tomou um bonde errado, mas a criatura que tomou um bonde cujo itinerário foi alterado. Sem poder apelar do veículo, ele vai seguindo em direção ai imprevisível cada vez mais aflito. Porque não reclama do motorneiro ou do condutor? Porque, no

25 caso do funcionalismo público, o motorneiro e o condutor, isto é, as autoridades imediatas sobre os passageiros, estão apenas cumprindo ordens e nada podem fazer. Um funcionário de empresa

30 particular pode a qualquer instante pedir reajustamento de salário: se o funcionário público fosse à mesa do chefe e fizesse o mesmo, a sua sanidade mental seria posta em dúvida. Um funcionário de empresa particular muitas vezes anda tão

35 magro ou tão malvestido, pode ir emagrecendo até sumir, que nenhuma providência poderá ser encaminhada a seu favor.

Tudo isso é miúdo e triste – que se há de fazer? O funcionalismo é uma classe acuada, uma

40 classe que naufragou na travessia e se recolheu em frangalhos a uma ilha deserta. O funcionalismo deixou de ser o grande quadro do poder executivo: passou a ser uma cifra na balança orçamentária. Ontem, o funcionário público era a

45 vítima da inflação; hoje, ele paga para a deflação.

Não é mais um ser humano: é um número. Não há planos para resolver seu problema: ele passou a ser considerado o problema. Virou até mesmo bode-expiatório, e isso chega a ser engraçado; pois, embora não caiba ao funcionalismo aumentar a

50 produção, a exportação, a renda, enfim, é sobre ele que se tem lançado a culpa de ter o país uma despesa muito grande e uma receita muito curta. Como se pudéssemos culpar a nossa cozinheira

55 pelo fato de não termos os recursos suficientes para pagar-lhe o ordenado.

Essa degradação do funcionalismo público é a coisa que vem se processando lentamente nas últimas décadas. Minha geração ainda se lembra

60 do tempo em que havia uma carreira de funcionário. Hoje o funcionário é exatamente aquilo que uma instituição de beneficência chama de pobreza envergonhada. É a criatura que dorme mal, come mal, diverte-se mal, sem poder educar

65 os filhos como gostaria, sem ter ao menos onde poder passar as férias calmas e tranquilas. A continuar assim, o funcionário acaba mesmo virando barnabé – coitado.

Paulo Mendes Campos. In: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/16733/o-funcionario-publico>. Último acesso: 2 nov. 2024.

01. O texto aborda a imagem e a condição do funcionário público no Brasil, apontando aspectos que envolvem a perda de prestígio e dignidade dessa classe profissional ao longo do tempo. Considerando o desenvolvimento da crítica do autor em relação à situação dos funcionários públicos, especialmente no que se refere ao uso do termo “barnabé”, é correto afirmar que:
- (A) o autor se limita a discutir o termo “barnabé”, sem estender a reflexão para uma crítica mais ampla à precarização do funcionalismo público, o que revela sua falta de compromisso com as causas trabalhistas.
- (B) a crítica do autor relaciona-se à percepção social depreciativa do funcionário público, que passou de membro respeitado da sociedade a bode expiatório das crises econômicas, sem que houvesse mudanças na estrutura funcional que dessem suporte adequado a esses trabalhadores.
- (C) o autor propõe que a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pelos funcionários públicos é inteiramente atribuída às suas próprias falhas de organização e de reivindicação salarial, minimizando o papel do governo na degradação da classe.

- (D) a expressão “funcionário público” e o termo “barnabé” são sinônimos no texto e usados alternadamente pelo autor para ilustrar que essa classe nunca teve prestígio, apenas sendo vista com complacência pela sociedade.
- (E) segundo o autor, o uso de termos como “professorinha” e “barnabé” é justificável, pois os funcionários públicos, devido ao seu comportamento passivo, contribuem para perpetuar essa imagem inferiorizada e sem dignidade na sociedade.

02. Com base no ponto de vista do autor, pode-se inferir que sua posição em relação à situação do funcionalismo público se caracteriza por:

- (A) um tom neutro e descritivo, com o objetivo de apresentar informações sobre o funcionalismo público sem emitir julgamento pessoal ou crítica social.
- (B) uma perspectiva conformista, na qual o autor admite que o funcionalismo público sofre dificuldades, mas considera que esses problemas são inevitáveis e não requerem ação social ou política para serem resolvidos.
- (C) uma visão otimista sobre o funcionalismo público, sugerindo que, apesar das dificuldades enfrentadas, os funcionários públicos ainda ocupam uma posição de destaque e são tratados com respeito pela sociedade.
- (D) um posicionamento parcial, no qual o autor defende exclusivamente os interesses dos funcionários públicos, sem considerar as limitações econômicas e estruturais que afetam o orçamento público e a sociedade como um todo.
- (E) uma abordagem crítica e irônica, que não apenas questiona o uso depreciativo de termos como “barnabé”, mas também denuncia a progressiva desvalorização da classe, ressaltando a falta de dignidade e prestígio com que esses profissionais passaram a ser tratados.

03. Em textos que discutem a dignidade profissional e o reconhecimento social de determinadas categorias de trabalhadores, como ocorre no texto sobre o funcionário público, é comum o uso de estratégias discursivas que buscam reforçar ou questionar estereótipos sociais. Com base nessa estratégia, identifique a alternativa que melhor representa uma crítica implícita ao modo como a sociedade valoriza determinadas profissões:

- (A) A escolha do termo “professorinha” e sua menção de forma elogiosa revelam a valorização da profissão de professora, especialmente em ambientes que lidam com o ensino público.
- (B) A utilização de expressões como “funcionário público” e “barnabé” destaca a diferença de prestígio entre cargos públicos e privados, sublinhando que as funções administrativas do setor privado são mais respeitadas socialmente.

- (C) O uso do diminutivo em “professorinha” e a referência a “barnabé” servem como crítica ao esvaziamento simbólico de profissões essenciais, mas pouco valorizadas socialmente, sugerindo que a sociedade tende a menosprezar o valor dessas atividades.

- (D) A metáfora do funcionário público como alguém que “tomou um bonde errado” reforça a ideia de que o fracasso profissional é consequência direta de escolhas pessoais, retirando o foco das causas estruturais.

- (E) O emprego da expressão “bode expiatório” aponta para uma crítica ao funcionalismo público, caracterizando-o como o principal responsável pelas dificuldades financeiras do país.

04. Em relação ao emprego das classes de palavras, considere as seguintes frases e as funções específicas de certos termos:

- I – “O **funcionário público** sempre buscou defender sua dignidade, mesmo quando lhe faltavam **condições dignas** de trabalho.”
- II – “A **degradação do funcionalismo** já era perceptível, mas, atualmente, o descaso parece ter se agravado ainda mais.”
- III – “Apesar de todo o desgaste, eles ainda mantêm o senso de responsabilidade e não desistem de **exercer** suas funções.”

Com base na análise das palavras destacadas e nas relações de sentido que estabelecem, assinale a alternativa correta.

- (A) Em I, o termo “funcionário público” representa um sintagma nominal formado por um substantivo e um adjetivo que se referem ao indivíduo pertencente ao funcionalismo público, enquanto o adjetivo “digna” qualifica o substantivo “condições”, estabelecendo uma relação de valor positivo.
- (B) Em II, o substantivo “degradação” e o adjetivo “perceptível” expressam uma oposição de sentido, sugerindo que a degradação do funcionalismo não era evidente no passado, mas tornou-se agora.
- (C) Em III, o verbo “exercer” confere à frase uma ideia de continuidade de ação, enquanto o pronome “eles” está implícito na forma verbal, estabelecendo uma relação de inclusão e pertencimento aos sujeitos mencionados anteriormente.
- (D) Em I, o termo “funcionário público” é um substantivo composto, enquanto “condições dignas” apresenta uma ideia de comparação, ao associar “dignas” a um valor comparativo implícito entre diferentes condições de trabalho.
- (E) Em II, a palavra “degradação” atua como um pronome de reforço, realçando a gravidade da situação e enfatizando o estado em que se encontra o funcionalismo.

05. No trecho adaptado do texto, observe o uso dos pronomes:
 Leia o trecho a seguir e responda à questão:
 “Foi embora, **esquecendo-se** das melhores condições que esperava encontrar. Ele **recolheu-se** a uma vida de privações. Muitas vezes, **se depara** com obstáculos inesperados, mas **reergue-se** para seguir em frente.”
 Em relação à colocação pronominal das frases no texto adaptado, assinale a alternativa correta.
- (A) A colocação pronominal está correta em todas as frases, pois em cada uma foi aplicada a regra adequada de ênclise ou próclise, conforme a presença de elementos de atração e de pontuação.
- (B) Na primeira frase, "esquecendo-se" deveria ser substituído por "se esquecendo", pois é preferível o pronome antes do gerúndio.
- (C) Em "recolheu-se", o pronome deveria vir antes do verbo, ficando "se recolheu", para seguir a regra de próclise.
- (D) Na terceira frase, "se depara" está incorreto, pois deveria ser "depara-se" para respeitar a preferência pela ênclise.
- (E) Em "reergue-se", o correto seria "se reergue", para manter a uniformidade de colocação pronominal com o restante das frases.
06. No trecho "O funcionalismo deixou de ser o grande quadro do poder executivo: passou a ser uma cifra na balança orçamentária", a palavra "quadro" pode ser substituída por um sinônimo. Assinale qual das opções abaixo apresenta um sinônimo correto para "quadro" no contexto do texto.
- (A) Estrutura
 (B) Retrato
 (C) Imagem
 (D) Cenário
 (E) Programa
07. Considerando o trecho do texto "O funcionalismo é uma classe acuada, uma classe que naufragou na travessia e se recolheu em frangalhos a uma ilha deserta", assinale a alternativa em que a concordância verbal ou nominal está correta:
- (A) As classes do funcionalismo público e a situação deles se deteriorou ao longo dos anos.
- (B) A classe dos funcionários públicos, assim como as suas aflições, foi amplamente discutida.
- (C) O funcionário e a professora pública estão enfrentando dificuldades, mas eles tem mostrado resiliência.
- (D) A degradação dos funcionários públicos e o desinteresse do governo se tornou um problema social.
- (E) Os funcionários públicos é a classe que mais sofre com as mudanças econômicas.
08. Considere as frases abaixo e o uso ou a ausência de crase. Assinale em qual das alternativas a seguir o uso do acento grave indicativo de crase está incorreto, e qual é o motivo.
- (A) Ele se referiu **à** situação com muita propriedade, sabendo dos detalhes envolvidos.
- (B) As novas diretrizes foram comunicadas **às** equipes responsáveis, que organizaram o processo.
- (C) Ela se dedicou **à** leitura dos documentos, buscando entender cada detalhe.
- (D) A reunião acontecerá de 16h às 18h, no gabinete do ministro.
- (E) A nova funcionária foi promovida devido **à** sua competência e dedicação no trabalho.”
09. Observe o uso dos tempos e modos verbais no trecho adaptado abaixo:
 "Se o governo **manteve** a promessa de realizar a reforma, o funcionalismo **ainda aguardaria** pelos ajustes, desejando que o processo **começasse** em breve. A expectativa é que os servidores finalmente **poderão** contar com mudanças significativas."
 Assinale a alternativa que indica corretamente o erro presente no uso dos tempos e modos verbais, e o motivo:
- (A) A frase apresenta uma quebra de paralelismo, pois "ainda aguardaria" está no futuro do pretérito, sugerindo uma ação dependente, enquanto "manteve" está no pretérito perfeito, indicando uma ação já finalizada.
- (B) O verbo "manteve" deveria estar no pretérito imperfeito, concordando com "ainda aguardaria", já que o uso do pretérito perfeito rompe a continuidade da ação.
- (C) A expressão "poderão contar" está incorreta, pois o modo futuro do presente não é adequado ao contexto de expectativas passadas; o correto seria "poderiam contar" para indicar uma possibilidade dependente.
- (D) O verbo "começasse" deveria estar no presente do subjuntivo, "comece", para indicar uma expectativa ativa de início, sem remeter a uma condição passada.
- (E) A construção "ainda aguardaria" está correta, pois expressa uma hipótese futura, mas "manteve" precisa ser alterado para "manti-ver", respeitando o modo subjuntivo.

10. No trecho "O funcionalismo é uma classe acuada, uma classe que naufragou na travessia e se recolheu em frangalhos a uma ilha deserta", analise as seguintes alternativas sobre o uso da palavra "naufragou". Assinale a alternativa que apresenta o sentido correto da palavra "naufragou" no contexto da frase:

- (A) Afundou em um acidente marítimo, perdendo sua embarcação.
- (B) Envolveu-se em uma situação financeira crítica, levando à falência.
- (C) Experimentou um fracasso ou colapso em suas funções e dignidade.
- (D) Desapareceu completamente, tornando-se irreconhecível em meio à crise.
- (E) Ficou imersa em problemas emocionais, incapaz de se recuperar.

Machado de Assis – de funcionário público à figura pública

1 Do seu nascimento no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839; dos primeiros anos no Morro do Livramento até tornar-se o mais aclamado autor brasileiro; foi um longo percurso. Se hoje a condição de negro ainda impõe sérios obstáculos, ao tempo do Brasil Imperial marcado pela chaga da escravidão, superar os obstáculos raciais para vir a ser aclamado nos maiores círculos intelectuais do Brasil do século 19, é um feito difícil de conceber. Machado é um milagre!

5 Naqueles tempos o Rio era um viveiro de pestilências. Sua irmã Maria morreu aos 4 anos de sarampo. A capital do Brasil era conhecida por suas doenças; viver era demais perigoso e durava-se pouco. Sua mãe Maria Leopoldina morreu física aos 49 anos. A amada esposa Carolina de câncer no intestino em 1904. Machado morreu com uma úlcera cancerosa na boca e sua certidão de óbito de 29 de setembro de 1908 indica "arteriosclerose generalizada". Era gago e sofria com severas crises epiléticas, além de uma inflamação crônica nos olhos que dificultavam o ler e o escrever na medida do desejável. A média de vida dos brasileiros era de 34 anos e a dos escravizados de 25.

15 A tuberculose; as bexigas da varíola; o sarampo; a cólera e toda sorte de doenças que em grande parte ficaram no passado, atormentavam a mundividência e a realidade dos habitantes do Rio de Janeiro do século 19 e povoam as crônicas, contos e romances machadianos. Essa percepção que nosso mundo pode desmoronar a qualquer instante; que os amigos e entes queridos podem desaparecer num átimo; dava um senso de urgência e dramaticidade que dificilmente

hoje conseguimos compreender. É como estar permanentemente "à beira do eterno aposento".

Muitos escritores reagem de diferentes maneiras a esse estado de coisas e à fragilidade da vida. Não à toa alguns dos românticos respondiam ao "mal do século" fazendo com que tal desencanto culminasse no anelo da morte. Machado rompeu com essa abordagem literária mais lúgubre, expressando de outro modo a ilogicidade e perplexidade da existência, na linha da filosofia schopenhaueriana.

O pessimismo de Machado e a crueza da sua narrativa apenas encontram refrigério no seu fino humor. O humorismo e a tragicomédia da vida humana foram o método eleito para desferrar-se e fazer troça da realidade. E por que não: trazer um pouco mais de leveza à vida.

Sua obra também fascina porque decorre da mente de um homem de hábitos espartanos e moderados. Ao revés, seus textos não têm freios ou pejos morais. As traições, os assassínios, a sensualidade, as perversões, a inveja, a cupidez, a canalhice, a grandeza e especialmente a pequenez humana afloram por todos seus poros e pena de escritor. Matreiramente, fico a pensar se uma certa retidão de vida acaba por possibilitar abrir as asas para os desejos mais ocultos; a viver na imaginação o que não é vivido no cotidiano, porque se o fosse, talvez não houvesse a necessidade catártica de condensar essa humanidade na literatura.

Machado elevou a língua portuguesa a novos planos. Colocou a literatura brasileira no rol dos míticos escritores da literatura universal. Sempre que temos boas traduções e adequada divulgação da obra machadiana no exterior o resultado é um best seller. A tradução realizada por Flora Thomson-DeVeaux do clássico Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicada em 2020 pela Penguin Classics nos Estados Unidos, esgotou-se rapidamente e tornou-se um sucesso editorial.

É verdade que a falta de boas traduções no exterior e de uma percepção real ou imaginária do que seja o Brasil pelos estrangeiros ainda são entraves para um reconhecimento mundial de Machado dentre os grandes da literatura. Foi um mago em fazer da singularidade a universalidade. Mas nunca esqueçamos que as bruxarias de Machado ainda estão em curso. Independentemente de nacionalismos, uma coisa é certa: somos todos privilegiados por podermos desfrutar de Machado na plenitude de nossa língua!

Rodrigo Valgas. In: <https://www.conjur.com.br/2024-jul-16/machado-de-assis-e-a-administracao-publica-uma-apresentacao/> Último acesso: 3 nov. 2024 (com adaptações).

11. Considerando o percurso de vida e a obra de Machado de Assis, marque qual das seguintes afirmações mais corretamente reflete a relação entre suas experiências pessoais e a temática de sua literatura.
- (A) A experiência de vida difícil de Machado de Assis o levou a adotar uma perspectiva otimista em suas obras, exaltando a vida e as conquistas da sociedade brasileira do século XIX.
- (B) As tragédias pessoais e o ambiente de doenças e morte que cercaram a vida de Machado de Assis o influenciaram a explorar a fragilidade da existência humana, utilizando um humor sutil para tratar de temas sombrios.
- (C) A falta de um reconhecimento internacional em vida fez com que Machado escrevesse apenas para os círculos literários elitistas, negligenciando as questões sociais e políticas de seu tempo.
- (D) A condição de negro na sociedade brasileira do século XIX impediu Machado de desenvolver um estilo literário único e inovador, limitando sua produção a temas convencionais.
- (E) O sucesso das traduções de suas obras no exterior deve-se exclusivamente ao esforço de tradutores e editores que fazem um excelente trabalho na divulgação das obras machadianas.
12. De acordo com a análise apresentada sobre a obra e a vida de Machado de Assis, aponte qual das seguintes opções melhor captura a dualidade presente em sua narrativa e sua relação com a filosofia schopenhaueriana.
- (A) A abordagem pessimista de Machado em relação à existência humana, caracterizada por um realismo cru, reflete uma aceitação incondicional do sofrimento e da morte, resultando em uma literatura desprovida de humor.
- (B) A tensão entre a fragilidade da vida e o uso do humor em sua obra sugere uma forma de resistência à inevitabilidade do sofrimento, permitindo que Machado subverta as expectativas do leitor sobre a condição humana.
- (C) Machado adota uma perspectiva schopenhaueriana estritamente negativa, que leva à desesperança, fazendo com que sua literatura se concentre apenas nas desgraças da sociedade, sem qualquer nuance de ironia ou crítica.
- (D) A presença constante de doenças e morte nas obras de Machado é tratada de maneira leve, sem aprofundamento filosófico, o que caracteriza sua obra como superficial e meramente descritiva.
- (E) A capacidade de Machado de transformar suas experiências pessoais de sofrimento em uma crítica social profunda e humorística demonstra que ele não se alinha com a filosofia schopenhaueriana, mas com um otimismo implícito na literatura romântica.
13. No trecho sobre Machado de Assis, há uma sequência de ideias que conecta aspectos biográficos do autor ao estilo e conteúdo de sua obra. Considerando os recursos de coesão utilizados pelo autor do texto, marque qual alternativa descreve corretamente como as conexões entre as ideias são estabelecidas.
- (A) O uso de conectores como "não à toa" e "ao contrário" introduz um contraste que reforça a escolha de Machado em utilizar o humor como uma forma de lidar com as adversidades da vida, revelando uma estratégia de superação dos obstáculos.
- (B) As referências a fatos históricos, como o Brasil Imperial e a média de vida dos brasileiros, têm a função de personalizar a narrativa de Machado, desviando o foco das experiências pessoais e concentrando-se no contexto histórico da época.
- (C) A estrutura do texto apresenta uma cronologia linear dos acontecimentos da vida de Machado, o que reflete a intenção do autor de evitar análises interpretativas, limitando-se a uma descrição factual de sua trajetória.
- (D) A repetição de termos associados à morte e às doenças ao longo do texto cria uma unidade temática e serve de base para argumentar que o ambiente em que Machado viveu foi a única influência sobre sua obra.
- (E) As expressões "ao revés" e "mas nunca esqueçamos" são empregadas para suavizar a opinião do autor e transmitir uma postura neutra sobre a complexidade das experiências de Machado, evitando julgamentos ou avaliações diretas.

14. No texto sobre Machado de Assis, os recursos de coesão são empregados para relacionar as dificuldades pessoais do autor com a profundidade de sua obra. Sobre a maneira como o autor organiza essas ideias e conecta informações ao longo do texto, aponte qual das alternativas apresenta a análise mais precisa.
- (A) O autor emprega expressões de temporalidade, como "naqueles tempos" e "foi um longo percurso", para destacar o desenvolvimento gradual do reconhecimento de Machado, sem fazer associações entre a trajetória pessoal do autor e os temas de sua obra.
- (B) O uso de comparações entre o passado e o presente, como "se hoje a condição de negro ainda impõe sérios obstáculos", serve para universalizar as dificuldades de Machado, ampliando a análise para outras minorias e explorando a relação de sua obra com o contexto social contemporâneo.
- (C) Ao descrever os problemas de saúde enfrentados por Machado e seus familiares, o texto busca construir uma imagem de sofrimento contínuo, sugerindo que esses infortúnios foram os principais responsáveis pela adoção de um tom pessimista em suas narrativas.
- (D) As menções a doenças e crises pessoais ao longo do texto não são apenas informativas, mas também ilustram o ambiente adverso em que Machado viveu, o que enriquece a análise de como ele subverteu o pessimismo e introduziu o humor em sua obra como forma de lidar com essa realidade.
- (E) O texto emprega uma estrutura descritiva para focar nas características de Machado enquanto funcionário público, sugerindo que a disciplina profissional exerceu maior influência na moderação e no estilo de sua produção literária.
15. No texto sobre Machado de Assis, diversas palavras e expressões são empregadas para intensificar a relação entre biografia e obra. Com base no contexto, indique qual alternativa apresenta a análise mais correta sobre o significado específico de uma das expressões usadas pelo autor do texto?
- (A) A expressão "mago em fazer da singularidade a universalidade" indica que Machado transformava as experiências pessoais e particulares de seus personagens em temas de interesse geral, valorizando aspectos únicos da cultura brasileira.
- (B) O termo "viveiro de pestilências" refere-se à fauna e flora do Rio de Janeiro, aludindo à diversidade natural da região e sugerindo que essa natureza foi uma inspiração para o realismo de Machado.
- (C) O uso de "trazer um pouco mais de leveza à vida" indica uma crítica direta do autor ao pessimismo literário da época, sugerindo que Machado buscava superficialidade em seus textos.
- (D) A expressão "à beira do eterno aposento" enfatiza a proximidade constante da morte e da efemeridade da vida no século 19, destacando o quanto essa realidade influenciou a urgência temática nos textos machadianos.
- (E) O termo "espartanos" em "homem de hábitos espartanos e moderados" é usado para associar Machado a uma postura militarista e rígida, sugerindo que sua vida era controlada por regras estritas.
16. No texto, o uso da pontuação é fundamental para organizar as informações e destacar as ideias centrais. Com base nesse contexto, assinale qual das alternativas abaixo descreve corretamente a função da pontuação empregada na frase: "Naqueles tempos o Rio era um viveiro de pestilências. Sua irmã Maria morreu aos 4 anos de sarampo. A capital do Brasil era conhecida por suas doenças; viver era demais perigoso e durava-se pouco."
- (A) O ponto e vírgula separa orações com ideias opostas, evidenciando a contradição entre o desenvolvimento do Rio de Janeiro e as condições insalubres da cidade.
- (B) A ausência de vírgula após "Naqueles tempos" indica um recurso estilístico do autor para aproximar o sujeito à ideia de sofrimento e precariedade.
- (C) O ponto e vírgula entre "A capital do Brasil era conhecida por suas doenças" e "viver era demais perigoso e durava-se pouco" estabelece uma relação de causa e consequência, reforçando a ideia de que a insalubridade impactava a expectativa de vida.
- (D) O uso do ponto final após "Sua irmã Maria morreu aos 4 anos de sarampo" visa introduzir uma nova ideia, desvinculada das condições sanitárias do Rio de Janeiro no século 19.
- (E) A escolha pelo ponto e vírgula entre as orações expressa continuidade sem causalidade, uma vez que os períodos estão apenas informando, sem relação lógica entre eles.

17. Em relação ao emprego da regência verbal e nominal, o texto sobre Machado de Assis utiliza construções que revelam tanto a norma culta quanto o estilo do autor. Considerando o trecho a seguir, identifique a alternativa correta sobre a regência verbal da expressão destacada: “Foi um mago **em fazer da singularidade a universalidade.**”
- (A) O verbo "fazer" exige a preposição "em" para indicar a transformação da singularidade em universalidade, evidenciando um complemento circunstancial de modo.
- (B) O verbo "fazer" exige objeto direto, mas, neste contexto, a expressão "em fazer da singularidade a universalidade" indica finalidade, dispensando uma preposição específica.
- (C) A preposição "em" na construção "em fazer da singularidade a universalidade" deve-se à regência do verbo "fazer", que, nesse contexto, pede uma locução prepositiva para expressar seu objetivo.
- (D) A preposição "em" deve-se à regência do substantivo "mago", uma vez que o sentido de "mago em algo" exige a preposição para indicar especialidade ou habilidade em determinada ação.
- (E) A regência do verbo "fazer" no contexto acima está incorreta, pois deveria ser usada a expressão "a fazer da singularidade a universalidade", uma vez que a preposição "a" estabelece melhor a ideia de transformação.
18. No trecho do texto, observamos o uso de concordância verbal e nominal de forma a destacar os contextos históricos e sociais da época de Machado de Assis. Assinale a alternativa que analisa corretamente a concordância empregada no seguinte trecho: “Essa percepção que **nosso** mundo pode desmoronar a qualquer instante; que **os amigos e entes queridos** podem desaparecer num átimo; dava um senso de urgência e dramaticidade que dificilmente hoje conseguimos compreender.”
- (A) A expressão “os amigos e entes queridos” é o sujeito do verbo “dava”, razão pela qual o verbo está no singular, concordando com o núcleo “entes queridos”.
- (B) O termo “dava” deveria estar no plural para concordar com “amigos e entes queridos”, visto que ambos formam um sujeito composto.
- (C) O verbo “dava” está no singular para concordar com o sujeito “percepção”, sendo esta uma construção que valoriza o efeito de sentido do verbo no singular para o conjunto das ações descritas.
- (D) A expressão “a qualquer instante” está no singular para concordar com o verbo “pode”, que se refere a um núcleo de sentido coletivo, dispensando alteração na flexão verbal.
- (E) O verbo “dava” está no singular para concordar com o sujeito “percepção”, mantendo a concordância com o núcleo do sujeito e destacando o impacto dessa percepção.
19. Analise as ocorrências das palavras "que" e "se" no trecho a seguir e classifique-as conforme suas funções sintáticas e morfológicas: “Se hoje a condição de negro ainda impõe sérios obstáculos, ao tempo do Brasil Imperial marcado pela chaga da escravidão, superar os obstáculos raciais para vir a ser aclamado nos maiores círculos intelectuais do Brasil do século 19, é um feito difícil de conceber. Machado é um milagre! Essa percepção que nosso mundo pode desmoronar a qualquer instante; que os amigos e entes queridos podem desaparecer num átimo; dava um senso de urgência e dramaticidade que dificilmente hoje conseguimos compreender.”
- A partir dessa análise, assinale a alternativa que melhor identifica as funções das palavras "que" e "se":
- (A) Em “Se hoje a condição de negro...”, a palavra "se" tem função de pronome reflexivo, enquanto o "que" em “que nosso mundo pode desmoronar...” é uma conjunção subordinativa aditiva.
- (B) No trecho, o "se" desempenha a função de conjunção subordinativa causal, e o "que" atua como um pronome demonstrativo que reforça a ideia de dramaticidade na narrativa.
- (C) O "se" em “Se hoje a condição de negro...” introduz uma oração subordinada condicional, enquanto o "que" em “essa percepção que nosso mundo pode desmoronar...” funciona como pronome relativo, retomando o termo “percepção”.
- (D) A palavra "se" tem a função de partícula expletiva, usada apenas para marcar a ênfase na oração, enquanto o "que" é uma conjunção integrante que introduz orações subordinadas substantivas.
- (E) Em “Se hoje a condição de negro...”, "se" atua como conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva, e o "que" no trecho “dificilmente hoje conseguimos compreender” é uma conjunção final que indica propósito.

20. Analise o ponto de vista do autor em relação à vida e à obra de Machado de Assis, conforme expresso no texto. Com base nessa análise, assinale a alternativa que melhor representa essa perspectiva:
- (A) O autor enfatiza que a vida de Machado de Assis foi marcada por grandes privilégios, o que facilitou seu sucesso literário e a aceitação nas esferas intelectuais.
- (B) O autor argumenta que a obra machadiana é predominantemente pessimista, refletindo a visão negativa que Machado tinha sobre a sociedade brasileira do século 19, sem espaço para o humor ou a leveza.
- (C) O autor sugere que Machado de Assis teve uma vida fácil e tranquila, o que se reflete na leveza de sua obra, destacando principalmente o humor e a comédia.
- (D) A perspectiva do autor é de que a obra de Machado de Assis se limitou a retratar a vida dos negros no Brasil, sem abordar outras questões sociais e filosóficas.
- (E) A visão apresentada é de que Machado de Assis, apesar de suas limitações físicas e da adversidade social, conseguiu superar barreiras raciais e sociais, tornando-se um ícone da literatura brasileira, refletindo a complexidade e a tragédia da existência humana.

BLOCO II: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL CARHLA ALVES

21. Determinado advogado que diz ao seu cliente que é amigo do juiz e que pode convencê-lo a julgar uma causa desta ou daquela forma e, para tanto, solicita dinheiro, incorre na prática do crime de:
- (A) exploração de prestígio.
- (B) tráfico de influência.
- (C) corrupção ativa.
- (D) tergiversação.
- (E) condescendência criminosa.

22. João, oficial de justiça há mais de 15 anos, está prestes a se aposentar. Em determinado dia, por preguiça, deixou de intimar as testemunhas, que acabaram não comparecendo na audiência, para ficar jogando “Fortune Tiger”. É correto afirmar que:
- (A) a conduta de João é atípica.
- (B) João responderá por abandono de função.
- (C) a conduta de João constitui crime de prevaricação.
- (D) a conduta de João constitui exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- (E) João poderá responder por excesso de exação.
23. Caio sempre sonhou em ser oficial de justiça, após três tentativas não logrou êxito em ser aprovado. Determinado dia, compareceu ao Fórum e se apresentou como oficial de justiça, passando a realizar atos próprios dessa função. Nesse contexto e apenas a partir dos dados que foram descritos, é correto afirmar que Caio:
- (A) praticou estelionato.
- (B) praticou violação de sigilo funcional.
- (C) não praticou crime algum.
- (D) praticou contravenção penal.
- (E) praticou usurpação de função pública.
24. É considerada causa de extinção da punibilidade:
- (A) perdão judicial.
- (B) morte da vítima.
- (C) inimputabilidade.
- (D) consentimento do ofendido.
- (E) reabilitação do agente.
25. Allan, oficial de justiça, recebeu R\$ 2.500,00 para não cumprir mandado de intimação, expedido pelo Juiz da comarca, acerca da penhora de bens da parte executada. A conduta de Allan configura, em tese,
- (A) fato atípico.
- (B) corrupção passiva própria.
- (C) corrupção passiva imprópria.
- (D) peculato.
- (E) concussão.
26. Assinale a alternativa correta sobre o crime de denunciação caluniosa.
- (A) Apenas a imputação falsa de crime ou de contravenção penal pode configurar o delito.
- (B) O sujeito ativo se limita a comunicar falsamente a ocorrência de crime ou contravenção, não apontando qualquer pessoa como responsável.
- (C) Trata-se de crime próprio.
- (D) Só admite o dolo direto, sendo, assim, incompatível com o dolo eventual.
- (E) Não admite tentativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**PÂMELLA TAYNÁ**

27. Assinale a alternativa correta no que concerne à ação civil *ex delicto*, segundo o Código de Processo Penal (CPP, art. 63 a 68).
- (A) intentada a ação civil, o juiz da ação penal poderá suspender o curso da ação até o julgamento definitivo da ação civil.
- (B) A sentença penal absolutória fundamentada na insuficiência de provas não impede o ajuizamento da ação civil.
- (C) A decisão do juízo penal que reconhecer a extinção da punibilidade obsta a propositura da ação civil, pois, uma vez extinta a punibilidade, esvazia-se a justa causa da ação civil.
- (D) Não cabe ação civil em face de fato atípico.
- (E) O reconhecimento de causa excludente da ilicitude da conduta em sentença penal não influencia eventual ação civil.
28. No que diz respeito ao regramento da competência no CPP, é correto afirmar que:
- (A) em regra, a competência é determinada pelo lugar da prática da conduta delitiva.
- (B) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será do juízo do domicílio ou residência da vítima.
- (C) no caso de exclusiva ação privada, ainda que conhecido o local da infração, o querelante pode optar pelo foro do domicílio do réu.
- (D) se o réu tiver mais de uma residência, a competência será firmada naquela em que ele indicar.
- (E) se o réu não tiver residência certa, será competente o juízo de qualquer lugar, desde que seja assegurado o julgamento por órgão judicial dotado de jurisdição.
29. Quanto à prova testemunhal, assinale a resposta que se compatibiliza com o texto do CPP:
- (A) O juiz pode determinar a condução coercitiva à testemunha que, regularmente intimada, deixar de comparecer sem motivo justificado.
- (B) As pessoas impossibilitadas de comparecer para depor em virtude de enfermidade ou velhice deverão ser dispensadas pelo juízo.
- (C) O depoimento da testemunha deve ser prestado oralmente, não sendo lícito fazê-lo por escrito ou mesmo com consulta a apontamentos.
- (D) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida por carta precatória, que tem como efeito a suspensão da instrução criminal.
- (E) Os membros do Poder Judiciário poderão optar pela prestação de depoimento por escrito.
30. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar, com relação à prisão, que:
- (A) é vedado o uso de algemas em mulheres.
- (B) quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legalidade do mandado de prisão, deverão liberar o custodiado.
- (C) a ausência de registro do mandado de prisão no banco de dados do CNJ suspende a eficácia da medida, que só poderá ser levada a efeito após essa providência formal.
- (D) a falta de exibição de mandado não obsta a prisão decorrente de infração inafiançável.
- (E) qualquer pessoa do povo pode efetuar a prisão determinada em mandado de prisão registrado no banco de dados do CNJ.
31. O flagrante presumido acontece quando
- (A) a autoridade policial provoca o agente para que pratique o crime.
- (B) a autoridade policial recebe informações de que o agente irá cometer o delito em determinada data e local e aguarda esse momento para efetuar a prisão.
- (C) a autoridade policial encontra o agente com instrumentos que façam presumir que ele irá praticar um delito.
- (D) o agente é surpreendido após findada a execução do crime.
- (E) o agente é encontrado, logo depois da prática delitiva, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração.
32. Nos termos da Lei n. 9.099/1995, se o acusado não for encontrado para ser citado pessoalmente,
- (A) far-se-á por correspondência com aviso de recebimento.
- (B) o juiz determinará a citação por edital, dando prosseguimento ao processo.
- (C) o juiz remeterá as peças existentes para o juízo comum para prosseguimento do feito pelo procedimento comum sumário.
- (D) o juiz determinará a citação por edital e, caso não compareça no prazo de quinze dias, deverá suspender o processo e prazo prescricional.
- (E) o juiz determinará a suspensão do processo e do prazo prescricional pelo prazo da pena em abstrato.

- 33.** No que diz respeito às nulidades processuais, assinale a opção correta.
- (A) No processo penal, a nulidade, absoluta ou relativa, é presumida e independe da comprovação de prejuízo.
- (B) A inobservância das regras de suspeição não enseja a nulidade dos atos processuais.
- (C) Em decorrência do princípio da cooperação, uma parte pode arguir a nulidade que interesse somente à parte contrária.
- (D) A incompetência do juízo não anula os atos decisórios.
- (E) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte pode ser sanada a todo tempo.
- 34.** No julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por funcionário público, estando a denúncia ou a queixa em forma, o juízo
- (A) deverá receber ou rejeitar a denúncia oferecida pela acusação de pronto, seguindo o rito do procedimento comum.
- (B) deverá notificar o acusado para apresentar resposta preliminar, por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- (C) em se tratando de crime perseguível mediante ação penal privada, deverá notificar o ofendido para, dentro do prazo decadencial de seis meses, ratificar o interesse em prosseguir com o processo.
- (D) deverá receber a denúncia se o agente público não apresentar resposta preliminar.
- (E) deverá observar as regras do procedimento comum, sem quaisquer alterações.
- 35.** Nos termos do artigo 593 do CPP, caberá apelação,
- (A) no prazo de oito dias, da decisão, despacho ou sentença que declarar extinta a punibilidade.
- (B) no prazo de cinco dias, da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.
- (C) no prazo de cinco dias, da decisão que decretar a medida de segurança.
- (D) no prazo de oito dias, da decisão que decidir sobre a unificação de penas.
- (E) no prazo de cinco dias, da sentença absolutória proferida por juiz singular.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**CRISTINY ROCHA**

- 36.** Conforme disposições do CPC sobre a aplicação das normas fundamentais, jurisdição e ação, é correto afirmar que:
- (A) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, penais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- (B) O CPC não adota a teoria do isolamento dos atos processuais, pois a norma processual é aplicável imediatamente aos processos em curso.
- (C) São condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade de partes e o interesse de agir.
- (D) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (E) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.
- 37.** Sobre incompetência, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- (B) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será extinto com resolução de mérito.
- (C) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- (D) Há conflito negativo de competência quando existe controvérsia entre dois ou mais juízes acerca da separação de processos.
- (E) O juiz que não acolher a competência declinada será obrigado a suscitar o conflito de competência.

- 38.** Carlos se envolveu em acidente de trânsito com Alfredo e após diversas tentativas procurou advogado para ajuizar ação judicial. Sobre o caso e conforme as disposições da Lei n. 13.105/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Nesse caso Alfredo poderá denunciar à lide seguradora, que deverá ser citada no prazo de 30 dias.
- (B) Não se admite denunciação sucessiva no processo civil.
- (C) A denunciação a lide somente poderia ser feita por Alfredo, e não por Carlos, por ser autor da ação.
- (D) Nesse caso Alfredo poderá chamar ao processo a seguradora, que deverá ser citada no prazo de 30 dias.
- (E) Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação terá o seu pedido examinado.
- 39.** Conforme disposições do CPC, sobre os poderes, deveres e responsabilidades do juiz, pode-se afirmar que está correto, exceto:
- (A) promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- (B) determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- (C) dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- (D) determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso.
- (E) determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais.
- 40.** Sobre a prova testemunhal, conforme regramento dado pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) As testemunhas devem depor na audiência de instrução e julgamento, perante o juiz da causa, inclusive aquelas que são inquiridas por carta.
- (B) A oitiva de testemunha que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo deverá ser realizada por meio de videoconferência.
- (C) As testemunhas que prestam depoimento antecipadamente poder fazê-lo em juízo diverso do juízo da causa.
- (D) São inquiridos somente onde exercem sua função o presidente da república e os ministros de Estado.
- (E) Os vereadores são inquiridos na sua residência ou onde exercem sua função.
- 41.** Acerca do papel do Ministério Público, advocacia pública e Defensoria Pública, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- (B) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- (C) A participação da Fazenda Pública atrai a intervenção do Ministério Público diante do interesse público versado.
- (D) Os escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito gozam de prazo em dobro para suas manifestações processuais.
- (E) O membro da Defensoria Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- 42.** Acerca da avaliação no processo civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Via de regra a avaliação deve ser feita por profissional com conhecimento especializado, com prazo de 10 dias para entrega do laudo.
- (B) Não é admitida uma nova avaliação.
- (C) Havendo necessidade comprovada, poderá ser feita nova avaliação, que deverá substituir a primeira.
- (D) Realizadas a penhora e a expropriação, o juiz dará início aos atos de avaliação.
- (E) O juiz poderá, a requerimento do interesse e ouvida a parte contrária, transferir a penhora para outros bens, quando o valor dos bens penhorados for consideravelmente superior ao crédito e seus acessórios.

43. Sobre o cabimento do recurso de agravo de instrumento, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Cabe contra decisão interlocutória sobre mérito do processo.
- (B) Cabe contra decisão que aceita alegação de convenção de arbitragem.
- (C) Cabe contra decisão sobre exibição ou posse de documento ou coisa.
- (D) Cabe contra decisão sobre rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.
- (E) Cabe contra decisão de rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

RICARDO BLANCO

44. Assinale a opção incorreta em relação à CF.
- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (C) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 30 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (D) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (E) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

45. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos políticos.
- (A) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- (B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (D) Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça comum no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
46. O Estado do Rio Grande do Norte, Unidade Federada integrante e inseparável da República Federativa do Brasil, rege-se por esta Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto:
- (A) a soberania do Estado e seus Municípios.
- (B) a cidadania.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (E) o pluralismo político.

47. Assinale a opção correta.
- (A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- (B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (C) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de títulos.
- (D) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- (E) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na primeira fase do concurso, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
48. Assinale a opção correta.
- (A) Compete ao STF processar e julgar, originalmente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
- (B) Compete ao TRF processar e julgar, originalmente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (C) A STJ compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (D) Aos juízes estaduais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- (E) Aos juízes federais compete processar e julgar: as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
49. Assinale a opção incorreta.
- (A) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- (B) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- (C) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- (D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (E) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
50. Assinale a opção incorreta em relação as competências do Ministério Público.
- (A) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do MPF.
- (B) O Ministério Público tem legitimidade ativa *ad causam* para requerer a internação compulsória, para tratamento de saúde, de pessoa vítima de alcoolismo.
- (C) Reconhece-se ao Ministério Público a faculdade de impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança, além de requerer a correição parcial. A legitimidade do Ministério Público para impetrar *habeas corpus* tem fundamento na incumbência da defesa da ordem jurídica e dos interesses individuais indisponíveis.
- (D) O Ministério Público tem legitimidade ativa para a defesa, em juízo, dos direitos e interesses individuais homogêneos, quando impregnados de relevante natureza social, como sucede com o direito de petição e o direito de obtenção de certidão em repartições públicas.
- (E) O MP pode propor ação civil pública contra Município para o fim de compeli-lo a incluir, no orçamento seguinte, percentual que completaria o mínimo de 25% de aplicação no ensino, dado que esta tem por objeto interesse social indisponível.

- 51.** Aos juízes federais compete processar e julgar, exceto:
- (A) as causas em que a União, entidade autárquica ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
 - (B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
 - (C) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
 - (D) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
 - (E) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- 52.** Um funcionário público assume suas responsabilidades e atribuições ao assumir o exercício do cargo. Esse ato é chamado de:
- (A) admissão.
 - (B) posse.
 - (C) nomeação.
 - (D) designação.
 - (E) exercício.
- 53.** São considerados dias de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias de afastamento em virtude de:
- (A) férias e licença médica.
 - (B) casamento e licença-prêmio.
 - (C) férias e casamento até 8 dias.
 - (D) faltas justificadas e injustificadas.
 - (E) licença para tratamento de saúde.
- 54.** Um funcionário público falta ao serviço por dois dias consecutivos e, logo em seguida, há um feriado. Assinale como deve ser calculado o desconto salarial desses dias.
- (A) Não há desconto, pois feriados não são considerados.
 - (B) Apenas os dias de falta são descontados.
 - (C) Todos os dias, incluindo o feriado, são descontados.
 - (D) Só há desconto se as faltas forem injustificadas.
 - (E) Feriados são computados como efetivo exercício.
- 55.** Durante o período de férias, o funcionário tem direito:
- (A) apenas ao vencimento básico.
 - (B) somente ao adicional de férias.
 - (C) a todas as vantagens como se estivesse em exercício.
 - (D) ao recebimento dobrado do vencimento.
 - (E) não recebe vencimento durante as férias.
- 56.** Aponte em qual situação a perda patrimonial causada por atividade econômica não acarretará improbidade administrativa.
- (A) Quando houver dano irreparável ao erário.
 - (B) Quando não houver comprovação de dolo na atividade.
 - (C) Em todos os casos de perda patrimonial.
 - (D) Apenas se o dano ao erário for inferior a 10% do orçamento.
 - (E) Se a perda patrimonial envolver um contrato licitado.
- 57.** Assinale a alternativa que descreve um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (A) Receber comissão para facilitar a contratação de um serviço por valor de mercado.
 - (B) Divulgar decisão administrativa antes da publicação oficial.
 - (C) Trabalhar em entidade privada que realiza consultoria para o governo.
 - (D) Solicitar férias após o período de 12 meses.
 - (E) Trabalhar remotamente sem permissão.
- 58.** A prática de publicidade que enaltece o agente público com recursos públicos é:
- (A) permitida se prevista no orçamento.
 - (B) permitida se aprovada pelo chefe do departamento.
 - (C) permitida em campanhas eleitorais.
 - (D) somente passível de multa administrativa.
 - (E) improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA JÚLIA

- 59.** Se um agente público aceita um emprego em uma empresa que tem interesses em sua atuação pública, ele pode estar cometendo:
- (A) um ato ilegal, mas não configurado como improbidade.
 (B) ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.
 (C) infração passível de repreensão administrativa.
 (D) ato de improbidade administrativa por violação do princípio da impessoalidade.
 (E) ato legal, desde que comunique seu superior.
- 60.** Se um agente público facilita a alienação de um bem público por preço abaixo do mercado, ele está praticando:
- (A) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
 (B) ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.
 (C) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios administrativos.
 (D) simples infração ética.
 (E) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo apenas ao beneficiado.

DIREITO CIVIL

RAFAEL DE OLIVEIRA

- 61.** Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta sobre o início da personalidade jurídica (artigos 1º a 25).
- (A) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção, mas seus direitos só são garantidos com o nascimento.
 (B) A personalidade civil da pessoa física começa no momento do registro de nascimento em cartório.
 (C) Os direitos do nascituro são reconhecidos desde a concepção, ainda que sua personalidade civil dependa do nascimento com vida.
 (D) A personalidade civil do nascituro é idêntica à da pessoa já nascida, pois a lei protege todos os direitos desde a concepção.
 (E) A lei só considera a existência de personalidade civil a partir dos seis meses de gestação.
- 62.** Sobre os atos ilícitos e as consequências jurídicas para a pessoa jurídica, conforme os artigos 49 e 50 do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A personalidade jurídica da pessoa jurídica é autônoma em relação aos bens pessoais dos sócios ou administradores.
 (B) A desconsideração da personalidade jurídica ocorre para evitar abuso ou fraude, permitindo que o patrimônio dos sócios responda pelas dívidas da pessoa jurídica.
 (C) Para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica, é necessária decisão judicial.
 (D) A desconsideração da personalidade jurídica ocorre automaticamente em caso de dissolução da pessoa jurídica.
 (E) A desconsideração é uma medida excepcional, aplicável em casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- 63.** Com relação à simulação e seus efeitos nos negócios jurídicos, conforme os artigos 138 a 159 do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O negócio jurídico simulado é anulável, desde que prove a intenção fraudulenta de ambas as partes.
 (B) A simulação não é causa de nulidade do negócio jurídico, mas pode gerar perdas e danos à parte prejudicada.
 (C) O negócio jurídico simulado é considerado nulo, mas os terceiros de boa-fé não são prejudicados.
 (D) Apenas a simulação relativa, que encobre um negócio dissimulado, é nula de pleno direito.
 (E) A simulação só é considerada nula se envolver pessoa absolutamente incapaz.
- 64.** De acordo com as disposições do Código Civil sobre o domicílio e as suas implicações (artigos 70 a 78), assinale a alternativa incorreta.
- (A) O domicílio civil da pessoa natural é o local onde ela mantém sua residência habitual.
 (B) A pessoa natural pode eleger domicílio especial para certo ato ou relação jurídica.
 (C) O domicílio do incapaz é o local onde reside seu representante legal, salvo disposição em contrário.
 (D) A residência principal é sempre considerada domicílio, ainda que o indivíduo tenha mais de uma residência habitual.
 (E) A mudança de domicílio depende da transferência de residência e da intenção de permanecer no novo local.

- 65.** Considerando as disposições do Código Civil sobre bens, conforme os artigos 79 a 103, assinale a alternativa correta.
- (A) Bens móveis são exclusivamente os objetos que podem ser removidos sem perda de sua integridade.
- (B) Bens imóveis são aqueles que podem ser removidos, desde que para finalidade de embelezamento.
- (C) Bens fungíveis são aqueles que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (D) As benfeitorias úteis são aquelas que visam exclusivamente o embelezamento do bem.
- (E) Bens públicos de uso comum do povo são aqueles, como praças e ruas, que pertencem ao Poder Público.
- 66.** Com base nas regras sobre defeitos do negócio jurídico, previstas nos artigos 138 a 165 do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O dolo acidental é aquele que leva uma parte a celebrar um negócio que não teria realizado sem o engano.
- (B) O erro substancial, que influencia diretamente na manifestação de vontade, é causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- (C) A coação só pode ser considerada causa de anulação se for grave e injusta, afetando a liberdade de escolha da pessoa.
- (D) A lesão ocorre quando alguém celebra um contrato em situação de desespero ou necessidade e obtém uma prestação desproporcional.
- (E) A simulação é uma causa de nulidade absoluta do negócio jurídico.
- 67.** Em relação ao instituto do mandato, de acordo com os artigos 653 a 666 do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O mandato é um contrato unilateral que confere a uma pessoa poderes para, em nome de outra, praticar atos ou administrar interesses.
- (B) O mandatário deve seguir as instruções do mandante, sob pena de responder por perdas e danos se as desrespeitar.
- (C) O mandato pode ser aceito expressa ou tacitamente, dependendo das circunstâncias.
- (D) O mandatário pode renunciar ao mandato, mas, se a renúncia puder causar prejuízo ao mandante, deve continuar a representação até que o mandante possa assumir a direção dos negócios.
- (E) O mandato extingue-se automaticamente com a morte de uma das partes, como regra.
- 68.** Considerando as disposições sobre a posse e a sua aquisição, de acordo com os artigos 1.196 a 1.203 do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) A posse direta e a posse indireta não podem coexistir sobre o mesmo bem.
- (B) Aquele que detém a coisa em nome de outra pessoa é considerado possuidor direto.
- (C) A posse precária é aquela que decorre do uso público do bem.
- (D) Aquele que mantém a posse com ânimo de dono é considerado mero detentor.
- (E) A posse adquirida de forma violenta é considerada posse justa.
- 69.** Em relação aos atos nulos e anuláveis no Código Civil, com base nos artigos 166 a 184, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O ato praticado por pessoa absolutamente incapaz é nulo.
- (B) A falta de uma forma prescrita em lei para um ato jurídico resulta em sua nulidade.
- (C) Um contrato realizado por coação é considerado absolutamente nulo.
- (D) A simulação é causa de nulidade do ato jurídico.
- (E) A incapacidade relativa de uma das partes gera anulabilidade do negócio.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL – LEI N.
6.830/1980 (ARTIGOS 1º; 2º; 7º; 8º; 11; 37)
WESLEI MACHADO**

- 70.** Sobre a ordem de penhora estabelecida pela Lei n. 6.830/1980, é correto afirmar que:
- (A) imóveis devem ser penhorados antes de títulos da dívida pública e metais preciosos, conforme a prioridade legal.
- (B) veículos têm prioridade sobre navios e aeronaves na ordem de penhora.
- (C) dinheiro, por ser de rápida liquidez, é o primeiro na lista de bens a serem penhorados, seguido por títulos da dívida pública e metais preciosos.
- (D) móveis ou semoventes são priorizados na penhora antes de veículos e direitos e ações.
- (E) em regra, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL –
RESOLUÇÃO N. 354/2020 DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(ARTIGOS 1º; 8º A 10)**

WESLEI MACHADO

71. Conforme estabelecido pela Resolução/CNJ n. 354/2020, sobre a execução de citações e intimações eletrônicas, é correto afirmar que:
- (A) as citações e intimações eletrônicas devem sempre ser realizadas por oficiais de justiça, não sendo permitida a atuação da secretaria do juízo.
 - (B) o cumprimento de atos processuais por meio de mensagens públicas é permitido em qualquer situação, conforme a praticidade do processo.
 - (C) a documentação do cumprimento eletrônico das citações e intimações pode ser efetuada exclusivamente por certidão detalhada emitida pelo oficial de justiça.
 - (D) é obrigatório que o cumprimento das citações e intimações por meio eletrônico seja documentado por comprovante de envio e recebimento da comunicação processual, que deve incluir os respectivos dia e hora de ocorrência ou por certidão detalhada de como o destinatário foi identificado e tomou conhecimento do teor da comunicação.
 - (E) não é necessário documentar o cumprimento das citações e intimações eletrônicas, dado que o processo é inteiramente digital.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL – LEI N.
11.608/2003 E NORMAS JUDICIAIS DA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

WESLEI MACHADO

72. De acordo com as disposições da Lei n. 11.608/2003, analise as alternativas a seguir e marque a correta quanto ao recolhimento da taxa judiciária em procedimentos judiciais no Estado de São Paulo:
- (A) A taxa judiciária para a instauração da fase de cumprimento de sentença é de 1,5% sobre o valor da causa, sendo recolhida no momento da distribuição.
 - (B) No momento da apelação e do recurso adesivo, a taxa judiciária é de 2% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 1.007 do Código de Processo Civil.
 - (C) A taxa judiciária para execução de título extrajudicial é recolhida no valor de 4% sobre o valor da causa no momento da sua distribuição.

- (D) Na instauração da fase de cumprimento de sentença, a taxa judiciária corresponde a 2% sobre o valor do crédito a ser satisfeito.
- (E) O valor do preparo para recursos será sempre fixado em 3.000 UFESPs, independentemente do valor da causa.

73. Analise as afirmativas a seguir sobre as isenções da taxa judiciária previstas pela Lei n. 11.608/2003 do Estado de São Paulo e indique a opção correta.
- (A) As ações de alimentos são isentas de taxa judiciária apenas quando o valor da prestação mensal for inferior a cinco salários-mínimos.
 - (B) Nas causas relacionadas a acidentes de trabalho, a taxa judiciária é reduzida pela metade.
 - (C) A taxa judiciária é aplicável às causas da jurisdição de menores, exceto quando envolvem medidas socioeducativas.
 - (D) As ações de alimentos são isentas de taxa judiciária somente quando o valor da prestação mensal não ultrapassa dois salários-mínimos.
 - (E) Todas as ações civis estão sujeitas à taxa judiciária, sem qualquer exceção prevista na legislação.
74. Considerando as normas judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, assinale a alternativa correta sobre as obrigações dos servidores dos escritórios de justiça quanto ao uso do sistema informatizado oficial.
- (A) Os servidores são incentivados a usar o sistema informatizado apenas para a emissão de mandados e ofícios, excluindo-se outras funcionalidades.
 - (B) É facultativo aos servidores dos escritórios de justiça adaptarem-se às evoluções do sistema informatizado oficial.
 - (C) Os servidores dos escritórios de justiça devem utilizar plenamente as funcionalidades disponibilizadas pelo sistema informatizado oficial para a realização dos atos de serviço.
 - (D) A divisão do trabalho e outras providências necessárias à ordem do serviço são determinadas exclusivamente pelo juiz da unidade judicial, sem auxílio do sistema informatizado.
 - (E) O sistema informatizado oficial é utilizado apenas para a emissão de certidões, estando outros documentos como ofícios e mandados excluídos desta funcionalidade.

- 75.** Com base nas Normas Judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta acerca do procedimento de cumprimento e devolução de mandados por oficiais de justiça.
- (A) Os mandados cumpridos devem ser entregues no cartório do plantão imediatamente após seu cumprimento, sem exceções quanto ao horário ou dia.
 - (B) Se um mandado for cumprido e não devolvido durante o plantão, ele deve ser entregue no final do plantão subsequente, independentemente de o dia ser útil ou não.
 - (C) Os mandados que não forem devolvidos durante o plantão devem ser entregues nas primeiras horas do dia útil subsequente, e o funcionário responsável pelo plantão deve regularizar a devolução.
 - (D) A responsabilidade pela cobrança dos documentos pendentes de devolução é exclusiva do juiz corregedor permanente, sem envolvimento dos funcionários do plantão.
 - (E) Os mandados cumpridos devem sempre ser devolvidos no mesmo dia de sua execução, e o descumprimento desse prazo não requer ações subsequentes dos responsáveis pelo plantão.
- 76.** Conforme as Normas Judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, são considerados mandados gratuitos para fins de ressarcimento do Oficial de Justiça, exceto em uma das seguintes situações:
- (A) Mandados expedidos em favor de interessados que sejam beneficiários da gratuidade de Justiça, salvo se diferimento das despesas for concedido.
 - (B) Mandados de ofício, por ordem judicial e a requerimento do Ministério Público, sem custeio adiantado pelo autor.
 - (C) Mandados nas ações que envolvem o Estatuto da Criança e do Adolescente, independente do contexto.
 - (D) Nos processos do Juizado Especial, cujos custos devem sempre ser cobertos integralmente pelo estado sem exceções.
 - (E) Mandados em processos em que o beneficiário da gratuidade de Justiça é parte vencida, obrigando-o ao pagamento do equivalente.
- 77.** De acordo com as Normas Judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, os valores de diligência para mandados variam conforme o tipo de deslocamento necessário para o cumprimento do mandado judicial. Com base nisso, assinale a alternativa correta a respeito dos valores de diligência especificados:
- (A) Para mandados executados exclusivamente de forma remota ou na própria sede do juízo, o valor da diligência equivale a 03 (três) UFESPs.
 - (B) Nos mandados com deslocamento, o valor recolhido é de 01 (uma) UFESP, independentemente do número de atos a serem praticados.
 - (C) A complementação do valor da diligência é obrigatória quando um mandado inicialmente remoto requer deslocamento subsequente, com a diferença calculada entre os valores de 01 (uma) e 03 (três) UFESPs.
 - (D) Os valores recolhidos para a diligência são integralmente destinados ao Oficial de Justiça responsável pelo mandado, sem deduções para custos administrativos.
 - (E) Quando o mandado requer deslocamento, o valor é fixo e independente do número de atos praticados no mesmo endereço ou em endereços próximos, equivalente a 01 (uma) UFESP.
- 78.** Conforme as disposições das Normas Judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, aponte quais são os procedimentos corretos após a devolução do mandado pelo Oficial de Justiça. Assinale a alternativa correta.
- (A) O Oficial de Justiça tem um prazo de 30 dias para restituir o mandado regularizado em caso de constatação de irregularidades.
 - (B) Os mandados urgentes ou em plantão, após conferência e caso não haja necessidade de devolução, serão restituídos aos Ofícios de Justiça de origem em até 15 dias.
 - (C) Mandados com irregularidades devem ser devolvidos à fila do Oficial de Justiça para correção e restituição em até 48 horas.
 - (D) Todos os mandados, independentemente de urgência, devem ser restituídos aos Ofícios de Justiça de origem em um prazo máximo de 10 dias após a conferência.
 - (E) A cobrança de mandados com prazos excedidos para cumprimento é realizada anualmente, a menos que um prazo menor seja especificado pelo Juiz Corregedor Permanente.

BLOCO III: CONHECIMENTOS GERAIS**ATUALIDADES****OTONIEL LINHARES**

- 79.** No primeiro semestre de 2024, o Brasil discutiu reformas para a ampliação de direitos de grupos minoritários, com foco em promover a igualdade de oportunidades. Nesse contexto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) foi tema central de debates, especialmente no que se refere aos dispositivos que garantem a inclusão no mercado de trabalho. Considerando as disposições do Estatuto e os recentes debates sobre inclusão, assinale a alternativa correta.
- (A) O Estatuto da Pessoa com Deficiência obriga as empresas a contratarem um percentual mínimo de pessoas com deficiência, independente do porte ou ramo de atividade.
- (B) O artigo 2º do Estatuto define deficiência apenas como limitações físicas, ignorando as limitações sensoriais e intelectuais.
- (C) Empresas privadas não são obrigadas a adaptar o ambiente de trabalho para atender às necessidades de pessoas com deficiência, apenas as públicas.
- (D) O artigo 34 do Estatuto trata da capacidade legal das pessoas com deficiência, assegurando-lhes o direito ao exercício da plena capacidade em igualdade de condições com os demais.
- (E) A Lei n. 13.146/2015 prevê a exclusão da pessoa com deficiência do sistema de ensino regular em casos de falta de acessibilidade nas instituições.
- 80.** No contexto global de 2024, a cooperação internacional para o enfrentamento das mudanças climáticas tornou-se ainda mais urgente, com diversos países estabelecendo compromissos para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O Brasil, com sua biodiversidade, está em posição estratégica para contribuir nesse cenário. Sobre os compromissos ambientais e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, assinale a alternativa correta.
- (A) O Brasil comprometeu-se a eliminar totalmente a emissão de gases de efeito estufa até 2030.
- (B) A Lei n. 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, estabelece apenas metas para o setor de transporte, excluindo outros setores.
- (C) Entre as metas assumidas pelo Brasil, está o desmatamento zero em áreas protegidas e a recuperação de áreas degradadas.
- (D) O Brasil não tem nenhuma obrigação de apresentar relatórios de progresso sobre suas ações climáticas na esfera internacional.
- (E) A contribuição do Brasil se limita à preservação da Floresta Amazônica, não incluindo outras áreas de vegetação nativa.
- 81.** A inclusão educacional é um dos direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Durante o primeiro semestre de 2024, várias ações foram propostas para reforçar esse direito em todas as esferas educacionais. Com base nas disposições da Lei n. 13.146/2015, assinale a alternativa correta sobre os direitos educacionais das pessoas com deficiência.
- (A) A pessoa com deficiência pode ser impedida de frequentar o ensino regular caso sua presença comprometa a infraestrutura da instituição.
- (B) O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que as instituições de ensino devem garantir adaptação de recursos de acessibilidade, inclusive na educação infantil.
- (C) A pessoa com deficiência não possui o direito de participar de atividades extracurriculares.
- (D) O artigo 3º do Estatuto limita o direito de inclusão apenas ao ensino superior.
- (E) O Estatuto não impõe nenhuma obrigação às instituições privadas no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência.

82. No primeiro semestre de 2024, a cooperação entre Brasil e União Europeia foi intensificada em diversas áreas, como meio ambiente, comércio e direitos humanos. Um dos principais pontos da agenda foi a proposta de um acordo para reduzir as barreiras comerciais entre os blocos, condicionada ao cumprimento de metas ambientais e sociais pelo Brasil.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta sobre os desdobramentos dessa cooperação:

- (A) O Brasil comprometeu-se a adotar um sistema de tributação especial para produtos exportados à União Europeia como parte do acordo.
- (B) Entre as exigências da União Europeia, está a redução da emissão de gases poluentes no Brasil em 20% até 2030, com base no Acordo de Paris.
- (C) O acordo determina que o Brasil altere suas políticas de direitos humanos, especialmente em relação ao combate à violência contra minorias.
- (D) O principal foco da União Europeia é assegurar que o Brasil mantenha a preservação da Amazônia, incluindo o controle rigoroso sobre desmatamento ilegal.
- (E) O acordo firmado entre Brasil e União Europeia exige o aumento da produção agrícola brasileira para atender a demanda dos países europeus.

RACIOCÍNIO LÓGICO

DIEGO RIBEIRO

83. Considere a afirmação: "Se um documento é urgente, ele deve ser processado em até 24 horas". Um documento foi processado em 24 horas. Podemos concluir que:

- (A) o documento era urgente.
- (B) o documento não era urgente.
- (C) o documento pode ou não ser urgente.
- (D) o documento foi processado antecipadamente.
- (E) nada se pode concluir.

84. Uma sequência segue a lógica 3, 11, 35, 107, ... Indique qual será o próximo termo.

- (A) 228
- (B) 515
- (C) 323
- (D) 267
- (E) 164

85. Em uma repartição, documentos podem ser classificados como confidenciais, urgentes e administrativos. Sabemos que:

- Todo documento confidencial é urgente.
- Alguns documentos administrativos são urgentes.
- Nenhum documento confidencial é administrativo.

Aponte qual diagrama representa corretamente essa estrutura:

- (A) Confidenciais contidos em urgentes; administrativos com sobreposição parcial a urgentes.
- (B) Urgentes contidos em confidenciais; administrativos separados.
- (C) Confidenciais contidos em urgentes; administrativos sem sobreposição.
- (D) Administrativos contidos em urgentes; confidenciais contidos em administrativos.
- (E) Confidenciais e urgentes totalmente separados.

86. Letícia, Carla e Bruna têm idades distintas, moram em cidades diferentes – Campinas, Jundiaí e Valinhos –, e cada uma pratica um esporte: ciclismo, patinação ou *beach* tênis, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Bruna mora em Campinas e pratica ciclismo.
- Letícia é mais velha do que Carla e Bruna.
- Quem mora em Jundiaí é mais jovem que Bruna e pratica *beach* tênis.

Com essas informações, assinale a alternativa que contém uma associação correta.

- (A) Bruna é a mais nova.
- (B) Carla mora em Valinhos.
- (C) Carla pratica patinação.
- (D) Quem mora em Valinhos pratica patinação.
- (E) Quem pratica ciclismo é a amiga mais nova.

87. Se Roberto é mais alto que Bianca, então Júlia é médica. Se Cláudia mora com Felipe, então Pedro tem 40 anos. Sabe-se que Roberto é mais alto que Bianca ou Cláudia trabalha com Felipe. Logo, conclui-se corretamente que:

- (A) Júlia é médica.
- (B) Pedro tem 40 anos.
- (C) Se Júlia é médica, então Pedro tem 40 anos.
- (D) Júlia é médica e Pedro tem 40 anos.
- (E) Pedro tem 40 anos ou Júlia é médica.

88. Em uma competição de arremesso de dardo, o arremesso de Lucas foi menos curto que o arremesso de Marcos. O arremesso de Daniel foi mais curto que o de Marcos. O arremesso de Lucas foi mais curto que o de Felipe. Assim, é correto afirmar que o arremesso de:
- (A) Daniel foi menos curto que o de Felipe.
 (B) Marcos foi menos curto que o de Lucas.
 (C) Lucas foi mais curto que o de Daniel.
 (D) Lucas foi mais curto que o de Marcos.
 (E) Marcos foi mais curto que o de Felipe.

MATEMÁTICA

DIEGO RIBEIRO

89. Um oficial de justiça precisa dividir uma herança de R\$ 540.000,00 entre três herdeiros em uma proporção de 3:4:5. Marque qual é a diferença entre a quantia recebida pelo herdeiro que obtém a maior e o herdeiro que obtém a menor parte.
- (A) R\$ 90.000,00
 (B) R\$ 120.000,00
 (C) R\$ 155.000,00
 (D) R\$ 200.000,00
 (E) R\$ 225.000,00
90. Três oficiais de justiça realizam diligências em intervalos de 6, 9 e 12 dias. Se todos realizaram uma diligência no mesmo dia, em uma terça-feira, indique qual dia da semana eles voltarão a realizar uma diligência juntos.
- (A) Segunda-feira.
 (B) Terça-feira.
 (C) Quarta-feira.
 (D) Quinta-feira.
 (E) Sexta-feira.
91. Cinco oficiais de justiça analisam 240 processos em 6 dias, trabalhando 8 horas por dia. Se forem aumentados para 8 oficiais e trabalharem 5 dias por semana, assinale quantos processos serão analisados em uma semana.
- (A) 280
 (B) 300
 (C) 320
 (D) 360
 (E) 400

92. Um oficial de justiça acompanha o andamento de três processos e calcula o tempo médio para cada um. Os tempos em horas foram 6, 8 e 12, mas os processos têm pesos diferentes na média final, sendo 2, 3 e 5, respectivamente. Aponte qual é a média ponderada dos tempos desses processos.
- (A) 8,2 horas
 (B) 8,6 horas
 (C) 9,0 horas
 (D) 9,2 horas
 (E) 9,6 horas

INFORMÁTICA

LEONARDO VASCONCELOS

93. Tem-se a seguinte situação no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 11, em sua configuração padrão. Um usuário visualiza o arquivo "Relatório.docx.pdf" e deseja abri-lo clicando duas vezes com o botão primário do mouse. Considerando as configurações e o comportamento do sistema para abrir arquivos, é correto afirmar que:
- (A) O arquivo será aberto com o Microsoft Word, pois ele reconhece a extensão ".docx" como documento de texto.
 (B) O Windows abrirá o arquivo no Visualizador de PDF padrão, pois a extensão final ".pdf" indica que o arquivo é um documento PDF.
 (C) O arquivo será aberto tanto no Microsoft Word quanto no Visualizador de PDF.
 (D) O Windows exibirá uma mensagem de erro, pois o arquivo possui duas extensões, o que é incompatível.
 (E) O Windows não abrirá nenhum aplicativo, pois o arquivo possui duas extensões e não será reconhecido pelo sistema.
94. Um usuário do Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, criou um documento vazio e realizou as seguintes ações, nessa ordem:
- 1) Clicou no ícone **Negrito**.
 - 2) Digitou **Tribunal**.
 - 3) Pressionou **Enter**.
 - 4) Clicou no ícone **Itálico**.
 - 5) Digitou **de Justiça**.
 - 6) Pressionou **Enter**.
 - 7) Clicou no ícone **Sublinhado**.
 - 8) Digitou **do Estado**.
 - 9) Pressionou **Enter**.
 - 10) Clicou no ícone **Negrito**.
 - 11) Digitou **de São Paulo**.

Ao final das ações descritas, o número de palavras formatadas em negrito é:

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 4.
- (D) 2.
- (E) 5.

95. Em uma planilha do Microsoft Excel 365, há uma tabela com os seguintes dados:

	A	B
1	Produto	Valor
2	A	R\$ 100,00
3	B	R\$ 200,00
4	A	R\$ 150,00
5	C	R\$ 300,00
6	B	R\$ 250,00
7	A	R\$ 100,00

Se for inserida a função =SOMASE(A2:A7; "A"; B2:B7) na célula C10, aponte qual será o resultado exibido.

- (A) 100
- (B) 150
- (C) 250
- (D) 350
- (E) 450

96. Ao acessar as configurações de "Aparência e acessibilidade" no Microsoft Teams, o usuário encontra diversas opções para personalizar a experiência visual e adaptá-la às suas necessidades. Considerando essas configurações, é correto afirmar que:

- (A) é possível escolher o tema "Escuro", além de uma opção que segue o tema do sistema operacional.
- (B) é oferecida a opção "Suave" para ajustar a densidade do chat no Microsoft Teams.
- (C) entre as opções disponíveis, inclui-se uma configuração chamada "Duração".
- (D) a configuração de "Privacidade" faz parte das opções de "Aparência e acessibilidade".
- (E) entre as opções de temas disponíveis, está o tema "Colorido", que aumenta o contraste de elementos no Teams.

97. Com relação ao Microsoft OneDrive, é correto afirmar que ele:

- (A) permite acessar e sincronizar arquivos em diversos dispositivos conectados à internet.
- (B) necessita de uma assinatura do Microsoft 365 para funcionar.
- (C) só pode ser acessado por meio de aplicativos instalados no dispositivo.

- (D) limita o compartilhamento de arquivos apenas a usuários com contas Microsoft.
- (E) requer uma conexão de alta velocidade para sincronizar arquivos.

98. Considere uma mensagem de e-mail no Microsoft Outlook 365, na configuração padrão, com os seguintes detalhes:

De: Marina
Para: Lucas
Cc: Roberto
Cco: Ana
Assunto: Reunião

Mensagem: "Agenda da reunião enviada."

Após Marina clicar em enviar, a mensagem foi gravada, mas permaneceu na "Caixa de Saída" do Outlook no computador de Marina. Quanto ao status de envio da mensagem, é correto afirmar que:

- (A) nenhum dos destinatários recebeu a mensagem.
- (B) apenas Lucas e Roberto receberam a mensagem.
- (C) apenas Lucas, Roberto e Ana receberam a mensagem.
- (D) a mensagem foi enviada apenas para Lucas.
- (E) todos os destinatários receberam a mensagem.

99. Um usuário deseja acessar um site na internet de forma segura, garantindo a proteção dos dados que serão transmitidos. Assinale a alternativa que indica o protocolo apropriado para navegação segura em uma página web.

- (A) HTTP
- (B) FTP
- (C) SMTP
- (D) HTTPS
- (E) POP3

100. Ao realizar uma pesquisa na Web pelo site www.google.com.br, em sua configuração padrão, o usuário deseja filtrar os resultados da pesquisa por um tipo específico de arquivo, como PDF. Aponte qual recurso ele deve utilizar para aplicar esse filtro.

- (A) Ferramentas
- (B) Filtro de resultados
- (C) Configurações de pesquisa
- (D) Operador "filetype:"
- (E) Google Apps



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

4º SIMULADO
OFICIAL DE JUSTIÇA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	E	C	A	A	A	B	D	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	A	D	D	C	D	E	C	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	E	A	B	D	B	C	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	C	E	B	E	D	C	A	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	E	B	C	E	A	D	E	E	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	E	C	C	C	B	B	E	B	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	D	C	D	E	A	A	B	C	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	D	D	C	C	D	C	C	D	C
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
B	D	C	C	A	D	E	E	A	C
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C	E	B	E	D	A	A	A	D	D

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

TJSP – 4º SIMULADO – OFICIAL DE JUSTIÇA (PÓS-EDITAL)

BLOCO I: LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

ANDRÉA CERQUEIRA

O funcionário público

1 Sempre impliquei com a denominação de barnabé – dada talvez com uma intenção complacente ao funcionário público. Acho também imper-

5 Quem trabalha com palavras sabe que barnabé tende a esvaziar a dignidade do funcionário cível, significando apenas o pobre coitado; do mesmo modo, o professorinha tende a reduzir o problema de uma classe em um suspiro de pena. Ora, não

10 interessa a ninguém e nada resolve sentir compaixão pelo funcionário oi pela professora pública: se essas duas classes padecem hoje no Brasil de aflições específicas, o jeito é encará-las de frente e com dignidade.

15 Mas que aflições são essas? Em tese, acontece o seguinte: o funcionário público, antes de mais nada, qualquer que seja a sua categoria funcional, qualquer que seja o seu ordenado é a pessoa que vive acima de suas posses. Ou abaixo de

20 suas necessidades. Ele não é a criatura que tomou um bonde errado, mas a criatura que tomou um bonde cujo itinerário foi alterado. Sem poder apelar do veículo, ele vai seguindo em direção ai imprevisível cada vez mais aflito. Porque não reclama do motorneiro ou do condutor? Porque, no

25 caso do funcionalismo público, o motorneiro e o condutor, isto é, as autoridades imediatas sobre os passageiros, estão apenas cumprindo ordens e nada podem fazer. Um funcionário de empresa

30 particular pode a qualquer instante pedir reajustamento de salário: se o funcionário público fosse à mesa do chefe e fizesse o mesmo, a sua sanidade mental seria posta em dúvida. Um funcionário de empresa particular muitas vezes anda tão

35 magro ou tão malvestido, pode ir emagrecendo até sumir, que nenhuma providência poderá ser encaminhada a seu favor.

Tudo isso é miúdo e triste – que se há de fazer? O funcionalismo é uma classe acuada, uma

40 classe que naufragou na travessia e se recolheu em frangalhos a uma ilha deserta. O funcionalismo deixou de ser o grande quadro do poder executivo: passou a ser uma cifra na balança orçamentária. Ontem, o funcionário público era a

45 vítima da inflação; hoje, ele paga para a deflação.

Não é mais um ser humano: é um número. Não há planos para resolver seu problema: ele passou a ser considerado o problema. Virou até mesmo bode-expiatório, e isso chega a ser engraçado; pois, embora não caiba ao funcionalismo aumentar a

50 produção, a exportação, a renda, enfim, é sobre ele que se tem lançado a culpa de ter o país uma despesa muito grande e uma receita muito curta. Como se pudéssemos culpar a nossa cozinheira

55 pelo fato de não termos os recursos suficientes para pagar-lhe o ordenado.

Essa degradação do funcionalismo público é a coisa que vem se processando lentamente nas últimas décadas. Minha geração ainda se lembra

60 do tempo em que havia uma carreira de funcionário. Hoje o funcionário é exatamente aquilo que uma instituição de beneficência chama de pobreza envergonhada. É a criatura que dorme mal, come mal, diverte-se mal, sem poder educar

65 os filhos como gostaria, sem ter ao menos onde poder passar as férias calmas e tranquilas. A continuar assim, o funcionário acaba mesmo virando barnabé – coitado.

Paulo Mendes Campos. In: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/16733/o-funcionario-publico>. Último acesso: 2 nov. 2024.

01. O texto aborda a imagem e a condição do funcionário público no Brasil, apontando aspectos que envolvem a perda de prestígio e dignidade dessa classe profissional ao longo do tempo. Considerando o desenvolvimento da crítica do autor em relação à situação dos funcionários públicos, especialmente no que se refere ao uso do termo “barnabé”, é correto afirmar que:

- (A) o autor se limita a discutir o termo “barnabé”, sem estender a reflexão para uma crítica mais ampla à precarização do funcionalismo público, o que revela sua falta de compromisso com as causas trabalhistas.
- (B) a crítica do autor relaciona-se à percepção social depreciativa do funcionário público, que passou de membro respeitado da sociedade a bode expiatório das crises econômicas, sem que houvesse mudanças na estrutura funcional que dessem suporte adequado a esses trabalhadores.
- (C) o autor propõe que a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pelos funcionários públicos é inteiramente atribuída às suas próprias falhas de organização e de reivindicação salarial, minimizando o papel do governo na degradação da classe.

- (D) a expressão “funcionário público” e o termo “barnabé” são sinônimos no texto e usados alternadamente pelo autor para ilustrar que essa classe nunca teve prestígio, apenas sendo vista com complacência pela sociedade.
- (E) segundo o autor, o uso de termos como “professorinha” e “barnabé” é justificável, pois os funcionários públicos, devido ao seu comportamento passivo, contribuem para perpetuar essa imagem inferiorizada e sem dignidade na sociedade.

Letra b.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

- (A) Errada. O autor não se limita à discussão semântica do termo “barnabé”; ele usa esse termo como ponto de partida para aprofundar uma crítica abrangente à precarização da condição do funcionário público, incluindo aspectos financeiros, sociais e estruturais.
- (B) Certa. O autor expõe como o funcionário público passou de uma posição de respeito na sociedade para a de “bode expiatório” das crises econômicas, responsabilizando as autoridades e a estrutura pública pela situação degradante da classe. Ele revela, assim, uma crítica tanto ao tratamento dado pela sociedade quanto à falta de suporte governamental.
- (C) Errada. O autor não responsabiliza os funcionários públicos pelas dificuldades que enfrentam, mas critica a estrutura governamental que os deixa vulneráveis, sem possibilidade de reivindicar melhorias salariais ou condições adequadas de trabalho.
- (D) Errada. Embora o texto trate da percepção depreciativa do termo “barnabé”, o autor esclarece que, no passado, a classe dos funcionários públicos já foi respeitada e considerada digna. Logo, “barnabé” e “funcionário público” não são sinônimos absolutos.
- (E) Errada. O autor desaprova o uso de termos como “professorinha” e “barnabé” e os considera formas de esvaziamento da dignidade das profissões, sugerindo que essa inferiorização é imposta pela sociedade e pela estrutura política, não uma consequência do comportamento dos profissionais.

02. Com base no ponto de vista do autor, pode-se inferir que sua posição em relação à situação do funcionalismo público se caracteriza por:

- (A) um tom neutro e descritivo, com o objetivo de apresentar informações sobre o funcionalismo público sem emitir julgamento pessoal ou crítica social.
- (B) uma perspectiva conformista, na qual o autor admite que o funcionalismo público sofre dificuldades, mas considera que esses problemas são inevitáveis e não requerem ação social ou política para serem resolvidos.

- (C) uma visão otimista sobre o funcionalismo público, sugerindo que, apesar das dificuldades enfrentadas, os funcionários públicos ainda ocupam uma posição de destaque e são tratados com respeito pela sociedade.
- (D) um posicionamento parcial, no qual o autor defende exclusivamente os interesses dos funcionários públicos, sem considerar as limitações econômicas e estruturais que afetam o orçamento público e a sociedade como um todo.
- (E) uma abordagem crítica e irônica, que não apenas questiona o uso depreciativo de termos como “barnabé”, mas também denuncia a progressiva desvalorização da classe, ressaltando a falta de dignidade e prestígio com que esses profissionais passaram a ser tratados.

Letra e.

Assunto abordado: Ponto de vista do autor

- (A) Errada. O autor não adota um tom neutro. Ele expressa uma opinião crítica sobre a situação do funcionalismo público, manifestando claramente sua insatisfação com o uso de termos depreciativos e a falta de apoio e dignidade para esses profissionais.
- (B) Errada. O autor não demonstra uma atitude conformista. Pelo contrário, ele sugere que o tratamento dispensado aos funcionários públicos deve ser encarado com seriedade e dignidade, e questiona o *status quo* que contribui para sua precarização.
- (C) Errada. O autor adota uma postura crítica, sem traços de otimismo quanto à posição dos funcionários públicos na sociedade. Ele descreve essa classe como desvalorizada, marginalizada e responsabilizada injustamente pelos problemas econômicos do país.
- (D) Errada. Embora o autor critique o tratamento dado aos funcionários públicos, ele não ignora a realidade econômica, mas questiona a lógica que transforma o funcionalismo em “problema” ou “bode expiatório”, indicando uma crítica social mais ampla.
- (E) Certa. O ponto de vista do autor é crítico e irônico, especialmente ao usar o termo “barnabé” e ao descrever o funcionalismo como “bode expiatório”. Ele expõe o processo de desvalorização dessa classe e sua insatisfação com a falta de dignidade conferida aos funcionários públicos.

03. Em textos que discutem a dignidade profissional e o reconhecimento social de determinadas categorias de trabalhadores, como ocorre no texto sobre o funcionário público, é comum o uso de estratégias discursivas que buscam reforçar ou questionar estereótipos sociais. Com base nessa estratégia, identifique a alternativa que melhor representa uma crítica implícita ao modo como a sociedade valoriza determinadas profissões:
- (A) A escolha do termo "professorinha" e sua menção de forma elogiosa revelam a valorização da profissão de professora, especialmente em ambientes que lidam com o ensino público.
- (B) A utilização de expressões como "funcionário público" e "barnabé" destaca a diferença de prestígio entre cargos públicos e privados, sublinhando que as funções administrativas do setor privado são mais respeitadas socialmente.
- (C) O uso do diminutivo em "professorinha" e a referência a "barnabé" servem como crítica ao esvaziamento simbólico de profissões essenciais, mas pouco valorizadas socialmente, sugerindo que a sociedade tende a menosprezar o valor dessas atividades.
- (D) A metáfora do funcionário público como alguém que "tomou um bonde errado" reforça a ideia de que o fracasso profissional é consequência direta de escolhas pessoais, retirando o foco das causas estruturais.
- (E) O emprego da expressão "bode expiatório" aponta para uma crítica ao funcionalismo público, caracterizando-o como o principal responsável pelas dificuldades financeiras do país.

Letra c.

Assunto abordado: Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.

- (A) Errada. O uso do termo "professorinha" é crítico, pois o diminutivo tem uma conotação depreciativa e não busca valorizar a profissão, mas sim apontar para uma visão social que minimiza a importância das professoras.
- (B) Errada. Embora o texto diferencie o prestígio de cargos públicos e privados, ele não sugere que as funções administrativas do setor privado sejam mais respeitadas socialmente. A crítica do autor foca na desvalorização do funcionalismo público.
- (C) Certa. O diminutivo "professorinha" e a palavra "barnabé" são usados pelo autor para denunciar a visão depreciativa que a sociedade tem de profissões fundamentais. A crítica aponta para a tendência de a sociedade menosprezar a importância dessas profissões, o que reflete o esvaziamento simbólico de sua dignidade.

- (D) Errada. A metáfora do "bonde errado" é usada para ilustrar o contexto de precarização em que se encontra o funcionário público, alheio a escolhas pessoais. Não sugere que o fracasso seja exclusivamente consequência de escolhas individuais.
- (E) Errada. A expressão "bode expiatório" não implica uma crítica ao funcionalismo público, mas ao modo como ele é injustamente culpado pelas dificuldades econômicas do país, deslocando a responsabilidade de seus verdadeiros causadores.

04. Em relação ao emprego das classes de palavras, considere as seguintes frases e as funções específicas de certos termos:

- I – "O **funcionário público** sempre buscou defender sua dignidade, mesmo quando lhe faltavam **condições dignas** de trabalho."
- II – "A **degradação do funcionalismo** já era perceptível, mas, atualmente, o descaso parece ter se agravado ainda mais."
- III – "Apesar de todo o desgaste, eles ainda mantêm o senso de responsabilidade e não desistem de **exercer** suas funções."

Com base na análise das palavras destacadas e nas relações de sentido que estabelecem, assinale a alternativa correta.

- (A) Em I, o termo "funcionário público" representa um sintagma nominal formado por um substantivo e um adjetivo que se referem o indivíduo pertencente ao funcionalismo público, enquanto o adjetivo "digna" qualifica o substantivo "condições", estabelecendo uma relação de valor positivo.
- (B) Em II, o substantivo "degradação" e o adjetivo "perceptível" expressam uma oposição de sentido, sugerindo que a degradação do funcionalismo não era evidente no passado, mas tornou-se agora.
- (C) Em III, o verbo "exercer" confere à frase uma ideia de continuidade de ação, enquanto o pronome "eles" está implícito na forma verbal, estabelecendo uma relação de inclusão e pertencimento aos sujeitos mencionados anteriormente.
- (D) Em I, o termo "funcionário público" é um substantivo composto, enquanto "condições dignas" apresenta uma ideia de comparação, ao associar "dignas" a um valor comparativo implícito entre diferentes condições de trabalho.
- (E) Em II, a palavra "degradação" atua como um pronome de reforço, realçando a gravidade da situação e enfatizando o estado em que se encontra o funcionalismo.

Letra a.

Assunto abordado: Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção.

(A) Certa. Em I, “funcionário público” é de fato um sintagma nominal (substantivo e adjetivo), que se referem o indivíduo do setor público, e o adjetivo “digna” qualifica o substantivo “condições”, imprimindo um valor positivo ao termo, indicando a qualidade esperada para essas condições de trabalho.

(B) Errada. O substantivo “degradação” não apresenta oposição de sentido com o adjetivo “perceptível”; na verdade, ele qualifica o estado do funcionalismo de maneira negativa, sem implicar que no passado era imperceptível.

(C) Errada. Embora o verbo “exercer” indique ação, ele não necessariamente implica uma continuidade; já o pronome “eles” não está implícito. O pronome é um elemento de coesão textual que retoma sujeitos já estabelecidos no texto.

(D) Errada. “Funcionário público” é um sintagma nominal formado por um substantivo simples e um adjetivo, e “condições dignas” não sugere comparação, mas sim uma qualidade ideal ou esperada para as condições, com o adjetivo “dignas” qualificando-as positivamente.

(E) Errada. “Degradação” é um substantivo e não atua como pronome de reforço; ele descreve a condição de deterioração do funcionalismo, sem enfatizar gravidade por si próprio, mas sim o estado em que ele se encontra.

05. No trecho adaptado do texto, observe o uso dos pronomes:

Leia o trecho a seguir e responda à questão:

“Foi embora, **esquecendo-se** das melhores condições que esperava encontrar. Ele **recolheu-se** a uma vida de privações. Muitas vezes, **se depa-ra** com obstáculos inesperados, mas **reergue-se** para seguir em frente.”

Em relação à colocação pronominal das frases no texto adaptado, assinale a alternativa correta.

(A) A colocação pronominal está correta em todas as frases, pois em cada uma foi aplicada a regra adequada de ênclise ou próclise, conforme a presença de elementos de atração e de pontuação.

(B) Na primeira frase, “esquecendo-se” deveria ser substituído por “se esquecendo”, pois é preferível o pronome antes do gerúndio.

(C) Em “recolheu-se”, o pronome deveria vir antes do verbo, ficando “se recolheu”, para seguir a regra de próclise.

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora